

XXII Plenária aprova prioridade para luta pela revogação da EC 95

Lutar para revogar EC 95 é apontado como decisivo para o futuro dos servidores, da Previdência, dos direitos sociais e dos serviços públicos



Valcyr Araújo

Plenário da XXII Plenária da Fenajufe, ao final da tarde do sábado (4), que ocorre no Hotel Othon, em Ondina, Salvador

Delegadas e delegados à XXII Plenária da Fenajufe aprovaram resoluções consensuais a favor das campanhas unificadas pela revogação da Emenda Constitucional 95 e pela retomada da campanha nacional contra a reforma da Previdência.

Para ambos os casos, foram aprovadas resoluções por unanimidade. As decisões foram calcadas, ainda, na compreensão de que essas lutas necessitam de unidade dentro da categoria, do funcionalismo federal e junto a outros setores da classe trabalhadora para serem vitoriosas. Está em disputa, avaliaram os servidores, a existência ou não num futuro próximo dos direitos sociais e do próprio serviço público.

O terceiro dia da XXII Plenária da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, que ocorre de 2 a 5 de agosto em Salvador (BA), não foi, porém, somente

de consensos. A principal disputa se deu na caracterização da conjuntura nacional, na qual prevaleceu a avaliação crítica e a rejeição a todos os governos neoliberais que aplicaram projetos contra os trabalhadores e os serviços públicos - desde FHC, passando por Lula e Dilma até a gestão atual de Michel Temer.

Ao analisar a luta em defesa da Previdência pública, os servidores decidiram: é urgente a retomada da campanha contra a reforma que ameaça o direito à aposentadoria. Os servidores avaliaram que a rejeição da maioria da população à PEC 287 e as mobilizações de trabalhadores, que fizeram greve geral e fizeram grandes atos em Brasília e nos estados em 2017 foram decisivas para impedir o governo de conseguir os 308 votos de deputados necessários para aprovar a reforma na Câmara. No entanto, Temer promete retomar a discussão após as eleições parla-

mentares deste ano, que acontecem em 7 de outubro.

Por isso, decidiram de forma consensual que a pressão sobre os parlamentares precisa ser retomada agora, antes ainda da eleições. A campanha "Se Votar Não Volta", parte do plano de lutas dos movimentos contrários à reforma, também aprovada por unanimidade na XXII Plenária da Fenajufe, tem o objetivo de denunciar os parlamentares que votaram contra os trabalhadores.

As resoluções aprovadas apontam ainda que esta luta passa também pela mobilização em prol da revogação das mudanças contrárias aos trabalhadores aprovadas nas reformas da Previdência de FHC, em 1998, de Lula, em 2003, e nos projetos do governo Dilma, que com o Funpresp entregou ao mercado privado a Previdência pública dos servidores.

“O estado está sendo desmontado”, alerta Démerson no debate sobre Carreira

Unidade permitiu vitórias contra o neoliberalismo no passado, lembrou servidor

"Em 30 e poucos anos de militância, essa vai ser a minha pior intervenção em relação à carreira, nunca tivemos um período tão nefasto", disse o servidor Démerson Dias (foto), no início da sua fala na mesa que debateu o tema, no início do terceiro dia da XXII Plenária da Fenajufe. Servidor da Justiça Eleitoral em São Paulo, Démerson participa dos debates, das lutas e da elaboração, desde a década de 1990, das questões relacionadas à carreira da categoria.

"Organizar carreira dentro do Estado significa valorizar o servidor público, e nenhum governo teve interesse em fazer isso", disse em seguida, dando a dimensão da importância dessa luta e da necessidade de enfrentar a Emenda Constitucional 95 que, segundo ele, levará ao desmonte dos ser-



Valdir Araujo

viços públicos e das áreas sociais caso não seja revertida.

"O Estado está sendo desmontado, a Emenda Constitucional 95 estabelece que o estado social vai ser desconstruído e isso implica inclusive na extinção da Justiça do Trabalho, extinção da Justiça Eleitoral", alertou.

Ao concluir sua fala inicial, após um rico debate com participação do plenário, disse que quando a categoria esteve unida conseguiu enfrentar o avanço das políticas neoliberais

no Judiciário e MPU. "Nós vencemos a segunda onda do neoliberalismo nesse país. E por que nós vencemos? Porque nós colocamos as nossas diferenças de lado e fomos como categoria única fazer debates", afirmou. "No primeiro momento nós não conseguimos debater carreira e saímos com o PCS. Mas nós devíamos ter feito isso depois. Nós não conseguimos por causa das nossas diferenças, e se a gente permanecer com essas diferenças, o nosso futuro está dado", disse.

'Os trabalhadores só são escutados quando param', afirma Plínio Sampaio

Plínio Sampaio, um dos painelistas da mesa de Análise de Conjuntura e ataques aos serviços e servidores públicos, destacou a necessidade de ação direta dos trabalhadores para barrar os ataques aos direitos e o ajuste fiscal. "A saída que a burguesia dá para a

crise política e econômica é uma saída autoritária, e a resposta da classe trabalhadora é mobilização, os trabalhadores só são escutados quando param ruas, fábricas e estradas, é assim que tem acontecido nos últimos anos", afirmou o economista.



Valdir Araujo

'Política fiscal atual só se sustenta privatizando tudo', diz Marilane Teixeira

O cenário de precarização, terceirização e desmonte do PJU foi tema da segunda mesa de debate na plenária. Marilane Teixeira (foto), pesquisadora do Instituto de Economia da Unicamp, destacou os impactos

das medidas de ajuste fiscal e reformas. "Objetivamente não tem como sustentar esta política fiscal imposta pelo governo, ela é inviável, a menos que se privatize todo o serviço público", disse a pesquisadora.



Valdir Araujo

Resolução de conjuntura aprovada aposta na mobilização e na independência da Fenajufe

Resolução de conjuntura aprovada aposta na mobilização direta para enfrentar a crise, defende luta histórica da categoria para derrubar o veto em 2015 e critica todos os governos que impuseram projetos neoliberais contra os trabalhadores

Delegadas e delegados votam na XXII Plenária a principal resolução de conjuntura



Valcir Araújo

O momento mais disputado da XXII Plenária da Fenajufe no seu terceiro dia ocorreu durante o debate sobre conjuntura nacional. A proposta vencedora foi “A crise e a necessidade de construir uma alternativa”, defendida por delegados dos sindicatos que integram o coletivo LutaFenajufe e que também teve apoio da Frente Fenajufe Pela Base. O texto ressalta que a solução para os problemas dos trabalhadores devem ser construídas por eles mesmos, organizados e na ação direta em defesa de seus direitos.

A resolução, que obteve 65 votos, alerta para o fato de ser um erro criar expectativas com as eleições de outubro: a tendência é que, após as eleições, os ataques contra os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores continuem. Também percorre a história de lutas e resistência da categoria aos projetos neoliberais implementados sucessivamente pelos governos FHC, Lula, Dilma e, agora, Temer.

Inicialmente, foram apresentadas quatro propostas de resolução. Uma delas, porém, acabou retirada para que se construísse uma aliança em torno de uma posição co-

mun no campo das concepções que fazem uma avaliação negativa também dos 13 anos de governo petista.

A proposta “Conjuntura Nacional”, sustentada pelo servidor Guilherme Luiz da Silva, entre outros, obteve cinco votos. A disputa efetiva se deu com a resolução “Para o Brasil retomar os avanços sociais e sua soberania: organizar a mobilização, a luta pela democracia e a reforma das instituições!”, que recebeu 55 votos, defendida, entre outros, pela servidora Mara Weber, da direção da Fenajufe. Entre as diferenças centrais com a proposta vencedora, esta tese faz, mesmo que indiretamente, uma avaliação positiva dos governos petistas, considera Dilma Rousseff vítima de um golpe e defende campanha pela liberdade de Lula e o seu direito de se candidatar. Não há uma única crítica aos anos de governo petista. O texto rejeitado pela plenária cogita, inclusive, que a greve e as mobilizações da categoria em 2015 pela derrubada do veto de Dilma ao reajuste dos servidores, tratadas como um erro, contribuíram para o “golpe” e para a ascensão de um projeto autoritário no país.

Trecho da resolução aprovada:

“Os trabalhadores têm um enorme desafio. Depois de conquistar com muita luta um reajuste que afastou o congelamento e possibilitou a reposição de parte das perdas salariais, e vencida a batalha contra a reforma da Previdência no primeiro semestre deste ano, entre outras lutas e conquistas importantes, nos movemos em um cenário de grave crise e profundos ataques aos direitos historicamente conquistados. (...) Apesar do cenário difícil, temos o desafio de lutar, (...) a resistência deverá estar à altura”.

**Defendida por delegados que participam do coletivo LutaFenajufe e que recebeu apoio da Frente Fenajufe Pela Base.*

Trecho da resolução rejeitada:

“Em boa parte, nossos sindicatos assistiram, se é que não alimentaram o golpe. A lógica derruba veto/derruba Dilma arrastou setores da categoria a flertarem com alternativas autoritárias.”

**Defendida por Mara Weber e outros servidores*

Sozinhos não temos como enfrentar tantos ataques, afirmam servidores na XXII Plenária da Fenajufe

Atuação conjunta com outros setores do funcionalismo e com trabalhadores da iniciativa privada foi defendida na plenária que debateu conjuntura e plano de lutas



Valcyr Araújo

MULHERES

Após manifestação em plenário, construção de Coletivo Nacional de Mulheres da Fenajufe é aprovado. Ato ocorreu após fala machista de um servidor

CALENDÁRIO INDICADO

10 / Agosto

'Dia do Basta'

Protestos em todo o país convocados pelos sindicatos e centrais sindicais

12 / Setembro

Ato unificado do funcionalismo, convocado pelo Fonasefe, em frente ao STF, na posse de Dias Toffoli

Ao longo da análise dos temas Conjuntura e Plano de Lutas, muitos servidores que falaram durante o período aberto ao debate, no início da tarde do sábado (4), terceiro dia da XXII Plenária da Fenajufe, defenderam a necessidade de unidade não só internamente na categoria, mas também com outros setores dispostos a defender os direitos da classe trabalhadora.

"A gente precisa se organizar, com todas essas situações postas, com uma série de leis [que nos atacam], temos grandes limites quanto ao que os servidores do Judiciário podem fazer sozinhos", disse o servidor Fabiano dos Santos, da direção do sindicato de São Paulo (Sintrajud), que ressaltou a importância de participar, ao lado de outras categorias, dos protestos convocados para 10 de agosto, 'Dia do Basta'.

"A unidade que nós falamos não é só no Judiciário, é da classe trabalhadora inteira para derrotar os

ataques que estão colocados", disse Elcimara Souza, servidora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dirigente licenciada da Fenajufe. Ela propôs a construção de mobilizações conjuntas com os demais trabalhadores, também destacando a organização do dia 10 de agosto.

Em muitas das falas, mencionou-se os impactos que a Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os orçamentos da União, terá nos serviços públicos e nas áreas sociais. O servidor Cristiano Moreira, da coordenação da Fenajufe e da direção do Sintrajufe-RS, destacou ainda a importância de organizar caravanas nos estados para ir a Brasília no dia 12 de setembro, na manifestação unificada que o funcionalismo está convocando para a posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli.

A pressão sobre o STF defende instalação de mesa de negociação

com a categoria e um julgamento favorável aos servidores na ação que cobra indenização pelo desrespeito à revisão anual dos salários, prevista na Constituição Federal, e toda a pauta do funcionalismo.

As resoluções relacionadas à conjuntura nacional e internacional e ao plano de lutas começaram a ser analisadas pela plenária na tarde e início da noite do sábado (4) e devem ser concluídas no domingo (5), quarto e último dia da XXII Plenária, que ocorre em um hotel em Ondina, bairro de Salvador (BA).